



COMEÇA AGORA

Relatório GRSAC 2024

Em atendimento à Resolução BCB nº 139 de 15/9/2021

riskpro



Relatório GRSAC 2024

OBJETIVO	3
TABELA GVR	4
Governança do Gerenciamento do Risco Social, do Risco Ambiental e do Risco Climático	
TABELA EST	11
Estratégias utilizadas no tratamento do Risco Social, do Risco Ambiental e do Risco Climático	
TABELA GER	17
Processos de Gerenciamento do Risco Social, do Risco Ambiental e do Risco Climático	
GLOSSÁRIO	23



OBJETIVO

Este documento tem como objetivo descrever a estrutura de Gerenciamento de Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticas do Grupo Santander, considerando o seu Conglomerado Prudencial, referente ao ano de 2024, em atendimento à Resolução BCB nº 139 de 15/9/2021, de forma a responder aos itens estabelecidos na Instrução Normativa BCB nº 153, de 15/9/2021.

O Banco Santander entende que a gestão de riscos socioambientais e climáticos é fundamental para os negócios com os clientes. Não observá-los pode resultar na redução do fluxo de caixa, perda de ativos, danos à imagem, riscos à saúde pública e perda de ecossistemas.

A análise adequada desses riscos molda nossa estratégia de negócios, contribui para a transição de nossos clientes e apoia o cumprimento de compromissos externos relacionados às mudanças climáticas, atendendo às expectativas de reguladores, supervisores e demais partes interessadas. Essa estratégia inclui o compromisso social do Banco em eventos climáticos, respeitando o tempo necessário para a recuperação da economia e sobretudo da população afetada.





TABELA GVR

Governança do gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático

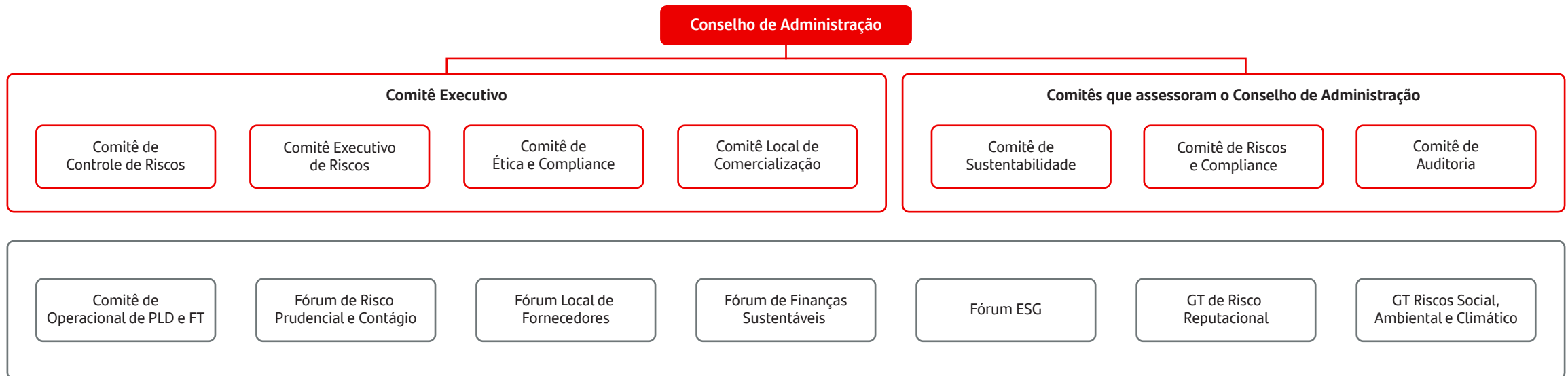


O Santander mantém uma estrutura de governança corporativa desenvolvida para promover o tratamento adequado dos riscos e oportunidades relacionados à agenda social, ambiental e climática. No organograma que se segue, apresentamos essa estrutura.

Principais instâncias relacionadas à governança do RSAC

O avanço da estratégia de sustentabilidade é acompanhado pelo **Conselho de Administração (CA)**, assessorado pelo **Comitê de Sustentabilidade**. Os temas relacionados a riscos também são acompanhados pelo **Comitê de Riscos e Compliance (CRC)** e pelo **Comitê de Controle de Risco (CCR)**. Cabe ao **Comitê de Auditoria** garantir a conformidade dos processos relacionados à gestão de riscos e oportunidades. Em reuniões conjuntas, os temas relacionados à sustentabilidade são tratados pelos Comitês de Sustentabilidade, Riscos e Compliance e Auditoria.

A evolução da estratégia de sustentabilidade é supervisionada pelo **Comitê Executivo (COMEX)**, que monitora os resultados obtidos trimestralmente por meio de um *dashboard* executivo. Em relação aos riscos sociais, ambientais e climáticos, o COMEX recebe assessoramento do **Comitê de Controle de Riscos (CCR)**, **Comitê Executivo de Riscos (CER)**, **Comitê de Ética e Compliance** e **Comitê Local de Comercialização**.





Na estrutura do COMEX, garantir a execução da estratégia de sustentabilidade e a gestão de riscos é atribuição específica do vice-presidente Institucional, do vice-presidente de Riscos (CRO) e do vice-presidente de *Corporate & Investment Banking*, dentre outros.

Adicionalmente, o CRO preside o Comitê de Controle de Riscos e é vice-presidente do Comitê Executivo de Riscos. Ambos os comitês abarcam o **Risco Social, Ambiental e Climático** (doravante, RSAC).

As principais atribuições do CRO são:

- Supervisão do desenvolvimento, implementação, desempenho e aperfeiçoamento da estrutura de gerenciamento de riscos;
- Alinhamento da RAS (*Risk Appetite Statement*), das políticas, processos, relatórios, sistemas e modelos utilizados no gerenciamento de riscos aos objetivos estratégicos do Conglomerado;
- Capacitação dos integrantes da área de riscos acerca das políticas, processos, relatórios, sistemas e modelos da estrutura de gerenciamento de riscos;
- Participação no processo de tomada de decisões estratégicas relacionadas ao gerenciamento de riscos, auxiliando o Conselho de Administração.

A governança dos temas sociais, ambientais e climáticos conta ainda com fóruns e grupos de trabalho específicos, com participação de executivos de diversas áreas.

Gestão em linhas de defesa

A governança apresentada está alinhada com a gestão em linhas de defesa, que também se aplica ao gerenciamento do RSAC.

1ª LINHA DE DEFESA

Compreende todas as funções de negócio e de suporte responsáveis pelo RSAC gerado em sua função. Dada a complexidade, heterogeneidade e transversalidade da natureza do RSAC dentro da organização, a adequada gestão de risco é feita em dois eixos:

- Áreas de negócios: As áreas de negócios são responsáveis pelo RSAC originado em seu âmbito, o que envolve sua relação com os clientes e operações sob sua gestão e fornece apoio e levantamento de informações para a 2ª linha;
- Áreas de estratégia e suporte: Por direcionarem os negócios nas questões sociais, ambientais e climáticas, algumas funções têm melhor visibilidade e especialização sobre a exposição RSAC do Banco, realizando reportes, direcionamentos e suporte aos negócios. Incluem-se nestas funções as áreas de Sustentabilidade, Relações Institucionais e Governamentais, Experiência e Impacto Sociocultural, VP de Pessoas & Ouvidoria, áreas de Riscos de Fornecedores e de Agronegócios.

As funções de Controle dos Riscos, de Compliance e de Auditoria Interna são independentes entre si e também das respectivas funções sob seu controle ou supervisão. Tais áreas têm acesso ao Conselho de Administração e aos Comitês pertinentes às suas funções.

2ª LINHA DE DEFESA

Constituída pelas áreas de Riscos e Compliance, compreende as funções de controle de riscos. Nesta função, estão incluídas as áreas de Gestão Integrada de Riscos e Risco Socioambiental e Climático. Dentre as responsabilidades da área de Gestão Integrada de Riscos, destacam-se:

- Monitorar os RSAC quanto à sua transversalidade e impactos;
- Desenhar, manter e desenvolver a documentação necessária que estabelece a gestão de RSAC;
- Zelar pela adequada implementação e manutenção do conjunto normativo de RSAC;
- Elaborar propostas de tolerância ao RSAC e monitorar os limites de riscos;
- Realizar exercícios de teste de estresse climático;
- Assegurar a adequada comunicação e reporte à alta direção e ao Conselho de Administração por meio dos órgãos de governança estabelecidos.

O Santander tem uma área específica de Risco Socioambiental e Climático (RSA) para o relacionamento com clientes do Atacado e Empresas 3. Dentre as funções, destacam-se:

- Avaliação do Risco Social, Ambiental e Climático dos clientes dos segmentos Atacado e Empresas 3, conforme critérios estabelecidos em políticas internas;
- Análise de projetos, garantias e operações de agronegócio sob a ótica de risco socioambiental;
- Gestão dos normativos dos riscos social, ambiental e climático relacionados ao Risco de Crédito;
- Suprir outras equipes de informações técnicas sobre o tema, emitindo pareceres, participando de comitês, envolvendo-se em decisões ou encaminhando informações coletadas em suas análises, quando necessário.

3ª LINHA DE DEFESA

Representada pela auditoria interna, avalia regularmente as políticas, metodologias e procedimentos, garantindo que estejam adequados e implementados, como último nível de controle.





Atuação da estrutura de governança do RSAC

O avanço da estratégia social, ambiental e climática é acompanhado pelo **Conselho de Administração (CA)**. Seus membros avaliam e discutem o tema ao menos uma vez ao ano e recebem treinamentos específicos. Adicionalmente, o CA também é o órgão responsável pela aprovação da Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC).

O **Comitê de Sustentabilidade** é o órgão consultivo responsável por prestar assessoria ao CA sobre a evolução da agenda social, ambiental e climática, desafiando o Banco a promover ações em prol desse tema com base nas melhores práticas. Além disso, acompanha a gestão de riscos, as oportunidades para os negócios e a aderência das ações à PRSAC. A agenda anual de reuniões ordinárias prevê encontros trimestrais com pautas previamente determinadas sobre questões sociais, ambientais e climáticas e gestão de riscos relacionados, mas podem ser convocadas extraordinariamente sempre que necessário. Em 2024, foram apresentadas atualizações sobre a integração da sustentabilidade na originação de negócios, e o acompanhamento de riscos climáticos, eventos extremos e métricas de sustentabilidade.

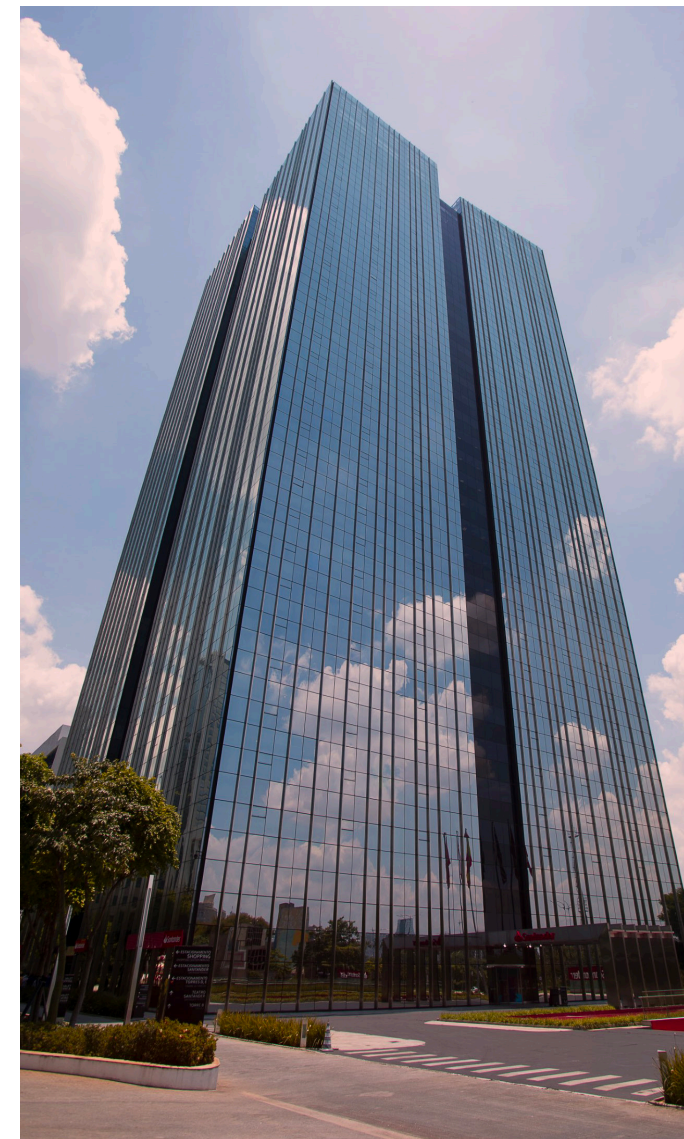
O **Comitê de Riscos e Compliance (CRC)** é o órgão de assessoramento ao Conselho (CA) com atuação em assuntos relacionados a políticas, diretrizes operacionais e metodologias de alocação de capital, gestão de risco e limites de exposição. Reúne-se, ordinariamente, no mínimo quatro vezes por ano, com possibilidade de maior frequência. Em 2024, houve reuniões mensais do comitê. O acompanhamento do tema RSAC foi apresentado **junto ao painel de riscos, contemplando métricas de acompanhamento da carteira de clientes, de atendimento regulatório e da evolução da gestão do risco climático no Santander Brasil**.

O **Comitê de Auditoria** também é um órgão de assessoramento ao CA. Previsto no Estatuto Social do Banco Santander, o Comitê de Auditoria tem atribuições como avaliação da conformidade com as disposições normativas que se aplicam ao Santander, além dos regulamentos e códigos internos, incluindo a avaliação da conformidade com relação à gestão do RSAC. O comitê reúne-se mensalmente, e sempre que convocado pelo CA.

Duas vezes ao ano, os comitês de Sustentabilidade, Risco e Controle e de Auditoria reúnem-se para consolidar a visão de riscos e oportunidades sociais, ambientais e climáticas do Banco, considerando aspectos das três linhas de defesa.

Por fim, o **COMEX** supervisiona a evolução da estratégia de sustentabilidade, além da gestão de riscos por meio de comitês específicos. Em relação aos riscos sociais, ambientais e climáticos, o COMEX é assessorado pelos seguintes comitês:

- **Comitê de Controle de Riscos (CCR):** Tem como atribuição assessorar o COMEX como um instrumento para o controle efetivo dos riscos, assegurando que estes sejam gerenciados conforme o nível de *Apetite ao Risco* aprovado pelo CA do Banco Santander, permitindo uma visão integral de todos os riscos identificados no Marco Geral de Riscos, que abrange o RSAC.
- **Comitê Executivo de Riscos (CER):** Tem a função de gerenciar a exposição em relação aos clientes, setores econômicos e tipos de risco. Tem poder de decisão sobre propostas de riscos, tais como operações de crédito, incluindo aquelas de setores sensíveis, conforme política específica, considerando o adequado perfil de risco. Conforme a relevância para a operação, o parecer de RSAC é apresentado para deliberação.
- **Comitê de Ética e Compliance:** Órgão deliberativo que tem como atribuição assessorar o COMEX nos processos de prevenção e mitigação dos riscos relevantes de Compliance, garantindo a manutenção e acompanhamento dos princípios éticos, da legislação e das normas aplicáveis à Organização, incluindo normas de conduta que balizam a atuação de todos os funcionários do Grupo Santander.
- **Comitê Local de Comercialização:** O Comitê é um órgão deliberativo que tem como atribuição decidir sobre assuntos relacionados à comercialização de produtos e serviços no Grupo Santander Brasil. A avaliação de questões sociais, ambientais e climáticas é feita com participação das áreas de Risco Socioambiental e Sustentabilidade no processo de aprovação dos produtos e serviços.





Atuação específica na execução da estratégia de sustentabilidade

A governança dos temas sociais, ambientais e climáticos conta ainda com fóruns e grupos de trabalho específicos que têm a função de garantir a execução da estratégia de sustentabilidade.

- **Grupo de Trabalho de Risco Social, Ambiental e Climático (GT RSAC):** Coordenado pela área de Riscos, tem como atribuição monitorar a atuação do Santander nos temas relacionados aos riscos e oportunidades da agenda social, ambiental e climática. Também é responsável pelo acompanhamento de projetos prioritários relativos à conjuntura regulatória e institucional que envolve esta agenda.
- **Grupo de Trabalho Reputacional:** Coordenado pela área de Riscos, acompanha mídias, temas sensíveis e métricas relacionadas ao risco reputacional. Dentre estas funções, avalia situações com potencial risco reputacional atrelado ao RSAC e acompanha temas sensíveis, como o plano de rastreabilidade de gado na Amazônia, reportes e relatórios de organizações não-governamentais (ONGs) e inclusões na lista de trabalho em condições análogas à de escravidão, entre outros acompanhamentos de clientes ou operações de crédito consideradas sensíveis.
- **Fórum de Finanças Sustentáveis:** É responsável pela análise das transações financeiras sustentáveis sob uma perspectiva técnica, garantindo sua consistência com o Sistema de Classificação de Financiamento e Investimento Sustentável (SFICS, na sigla em inglês) do Santander. O Fórum é um passo adicional à aprovação das operações sob o aspecto de risco social, ambiental e climático. Seu propósito é preservar a integridade dos produtos de finanças sustentáveis oferecidos pelo Santander, mitigar potenciais riscos envolvidos na transação e facilitar a origem de negócios sustentáveis com os clientes.
- **Fórum ESG:** Acompanha as iniciativas e trabalhos relacionados a métricas ESG do Banco a fim de garantir a qualidade e integridade de dados ESG publicados em informes locais, corporativos, de mercado e regulatórios, endereçando temas de controles, riscos, processos de auditorias e aderência aos critérios corporativos.

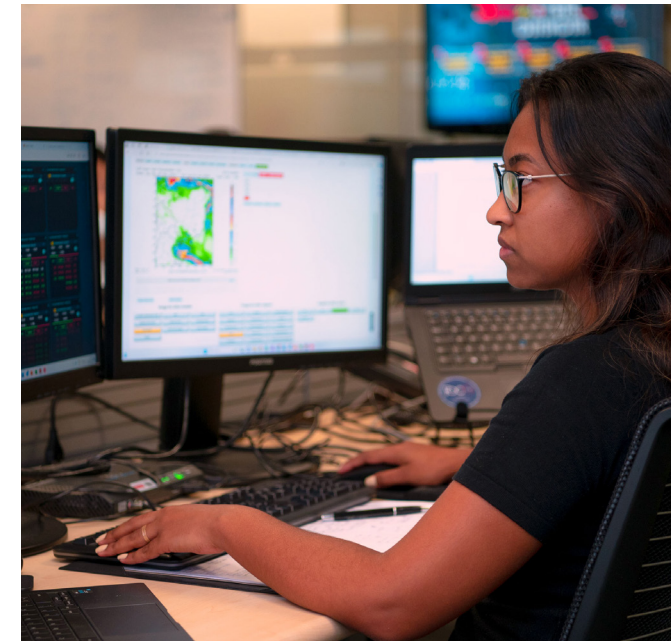
- **Comitê Operacional de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo (PLD-FT):** Responsável pelos direcionamentos estratégicos relacionados às investigações de situações suspeitas de lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo. Também delibera sobre direcionamentos estratégicos relacionados a crimes ambientais (*environmental crime*), caracterizados como a utilização de ambientes naturais para realização de atos ilícitos/criminosos associados à lavagem de dinheiro.
- **Fórum de Riscos do Conglomerado Prudencial e Contágio:** É coordenado pela área de Riscos e tem o objetivo de ser um mecanismo eficaz de controle do risco das empresas do Conglomerado Prudencial e do perímetro de risco de contágio. Dentre os temas acompanhados estão a gestão de riscos nas empresas do perímetro e acompanhamento de seus processos vinculados à Política de Gestão Integrada de Risco Social, Ambiental e Climático e a PRSAC.
- **Fórum Local de Fornecedores:** Coordenado pela área de Finanças, é um órgão deliberativo responsável por monitorar os processos pertinentes à gestão de fornecedores do Banco e empresas do perímetro de coligadas. Considera os processos relacionados com questões sociais, ambientais e climáticas e, quando pertinente, convoca a área de Sustentabilidade para deliberar neste Fórum.

Além dessas instâncias, foram estabelecidas novas funções a fim de garantir a execução da estratégia e gestão do RSAC:

- **Vice-presidência Executiva Institucional:** É responsável por liderar, entre outras, as áreas de Sustentabilidade, Relações Institucionais e Governamentais, e Experiência e Impacto Sociocultural. Responde pela definição da estratégia social, ambiental e climática do Santander e pelo atendimento aos compromissos institucionais e regulatórios, como a PRSAC;
- **Vice-presidência Executiva de Riscos:** Responsável pela estrutura de riscos, responde pela análise de risco socioambiental e climático nas operações de crédito por meio da área de Risco Socioambiental e Climático e também pela coordenação da gestão integrada de risco social, ambiental

e climático e atendimento às regulações por meio da área de Gestão Integrada de Riscos;

- **Vice-presidência de Corporate & Investment Banking (SCIB):** Responsável por liderar a área de Negócios Sustentáveis, que tem como função estruturar, junto com as áreas de negócio e de produtos, operações e soluções que apoiem a jornada de transição dos clientes para uma economia mais inclusiva e de baixo carbono, com atuação transversal em todos os segmentos e negócios do Banco (*Retail & Commercial, Private* e SCIB).
- **Vice-presidência Executiva de Finanças e Estratégia:** É responsável pelos reportes financeiros referente às operações de Finanças Sustentáveis, em conformidade com o SFICS, por meio da área de *Green Finance* e responde também pela governança local de KPI's ESG, financeiros e não financeiros, relacionados à agenda social, ambiental e climática.





Critérios RSAC nos processos de aprovação e revisão

A consideração dos riscos social, ambiental e climático nos processos de aprovação e revisão integra as competências do CA, prevista no [Regimento Interno do Conselho de Administração](#), que inclui também a supervisão do desenvolvimento da agenda de *Responsible Banking*. Para assegurar a anuência e aprovação do Conselho de Administração e/ou dos Comitês que o assessoram, esses processos foram estabelecidos da seguinte forma:

Apetite ao risco

O Conselho de Administração é o órgão máximo responsável por definir e supervisionar o cumprimento do Apetite ao Risco. A Declaração de Apetite ao Risco é atualizada anualmente e apresentada para deliberação. Nela, consta uma declaração qualitativa, que define o posicionamento que a Alta Administração deseja adotar ou manter, incluindo o apetite do Banco ao RSAC.

Adicionalmente, são estabelecidas métricas de concentração para setores específicos e métricas de qualidade da carteira, que levam em consideração as questões socioambientais e climáticas. Estas métricas são reportadas ao Conselho de Administração e ao Comitê de Riscos e Compliance, acompanhadas de planos de ação estruturados sempre que excederem o limite ou em situação de alerta.

Políticas e estratégias de gestão de riscos

O exercício de *Top Risks* visa identificar e avaliar as principais ameaças internas e externas para os objetivos estratégicos e/ou orçamentários do Banco Santander. Os *Top Risks* são potenciais eventos de risco que podem representar uma ameaça ao plano estratégico de três anos (P-XX) e ao plano estratégico de longo prazo (S-XX), e cujo impacto não é contemplado nos planos atuais, pressupondo um desvio em relação ao que foi planejado.

O exercício dos *Top Risks* é realizado semestralmente, no mínimo, e apresentado ao Comitê de Riscos e Compliance. Um dos eventos identificados neste exercício é o de RSAC, sendo uma das questões que podem afetar a estratégia da Organização. Além disso, são apresentadas ao CA as principais políticas de riscos, a exemplo da Política de Gestão de Risco Socioambiental e Climático e a PRSAC.

Gestão de capital

Como um importante tema relacionado ao processo de gestão de capital, a governança utilizada para a aprovação do ICAAP (Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital) segue o fluxo representado na figura ao lado, bem como todos os temas que o integram. Isso inclui cenários econômicos, metodologia e governança de todos os riscos conhecidos pelo Santander Brasil (incluindo os sociais, ambientais e climáticos), teste de estresse (descrito no próximo tópico), plano de capital e plano de contingência de capital e liquidez, entre outros. Esse processo evidencia o comprometimento da Alta Administração do Santander com a avaliação da adequação de capital.

Governança de aprovação ICAAP

Conselho de Administração

Comitê de Riscos e Compliance

Comitê Executivo (COMEX)

Comitê de Controle de Riscos

Teste de estresse

O Santander realiza, desde 2022, a análise de cenários climáticos a fim de considerar os efeitos macroeconômicos da hipótese de mudanças relacionadas à transição para uma economia de baixo carbono, além de considerar efeitos locais decorrentes de eventos climáticos físicos. O exercício de estresse elaborado pelo Banco é realizado nesta sequência:

- 1º – É aplicado um cenário macroeconômico para posterior reflexo nas informações de balanço, DRE (Demonstrativo de Resultados do Exercício) e capital;
- 2º – É incorporada uma avaliação de impacto na PDD (Provisão para Devedores Duvidosos) devido à probabilidade de ocorrência de risco físico associado a cenários como intensificação de estresse hídrico, aumento na frequência de fenômenos como *El Niño* e intensificação de eventos de ondas de calor, por exemplo.

Estes exercícios foram incorporados ao ICAAP, passando por todas as suas instâncias de aprovação, incluindo o Conselho de Administração.

- **Plano de Contingência de Liquidez e Capital:** Todas as estratégias para recomposição de capital e liquidez têm os impactos simulados para os cenários incorporados no ICAAP, que inclui o cenário climático descrito no teste de estresse.

- **Plano de Capital:** O Santander possui uma estrutura para monitorar os riscos e fatores de risco associados à evolução dos negócios no curto, médio e longo prazos. É atribuição da Vice-Presidência de Riscos identificar, mensurar, controlar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar os riscos, de acordo com o Apetite ao Risco estabelecido pela Alta Administração.

No curto e no médio prazo, as principais ferramentas do Banco para integrar riscos e estratégia de negócios são o orçamento do ano corrente, conhecido como PPTO (horizonte de um ano), o Plano Estratégico Plurianual (P-XX), baseado no S-XX, e o ICAAP em cenários normal e adverso (projeção de balanço, riscos tradicionais de Pilar I e II, riscos emergentes, P&L, capital, apetite ao risco e estratégia fiscal para os próximos três anos). Todos os exercícios utilizam os cenários macroeconômicos e as variáveis da função de Modelagem de Cenários Econômicos.

- **Políticas para a gestão de continuidade de negócios:** O Marco Corporativo de Situações Especiais é aprovado pelo Conselho de Administração. A partir deste documento, foi estabelecido o Modelo de Gestão de Situações Especiais, onde são estabelecidas as responsabilidades do Conselho de Administração e a descrição das funções das PAC (Plano de Administração de Crise), onde consta o tema RSAC, conforme descrito na Tabela GER.



- **Política de Remuneração:** Busca promover a melhoria contínua no desempenho dos colaboradores, preservando o interesse dos acionistas e estimulando o comprometimento dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e demais colaboradores. O objetivo é estabelecer critérios de remuneração que reconheçam o alto desempenho e ao mesmo tempo evitem comportamentos indesejados.

Dessa forma, o Banco atua de forma ativa para não incentivar atitudes que elevem o risco acima dos níveis considerados prudentes nas estratégias de curto, médio e longo prazos. As regras preveem pagamento diferido com possibilidade de aplicação de cláusulas de *Clawback*¹ e *Malus*², mecanismos associados ao cumprimento de normas internas e exposição ao risco. Também é incentivada a meritocracia, diferenciando as contribuições individuais das áreas no cumprimento dos objetivos e na execução das estratégias do negócio.

O **Programa de Remuneração Variável Anual (PPG)**, ao qual os executivos são elegíveis, contempla indicadores quantitativos e qualitativos, incluindo cinco indicadores ESG, que abordam os temas de diversidade, empoderamento financeiro, financiamentos verdes, mudanças climáticas e governança de dados. No PPG, o Conselho de Administração, por recomendação do Comitê de Remuneração, realiza uma avaliação qualitativa de cada métrica quantitativa. Este processo considera como o objetivo foi alcançado e outros aspectos relevantes.



¹ Conhecida como "cláusula de reversão" é uma disposição opcional, dos contratos de trabalho ou acordos de compensação dos executivos da administração, de forma a proteger os interesses das empresas.

² A instituição poderá reduzir total ou parcialmente o montante da remuneração variável que tenha sido objeto de diferimento e cujo pagamento ainda não constitua um direito adquirido.



TABELA EST

Estratégias utilizadas no tratamento dos riscos social, ambiental e climático



Entende-se o RSAC como a possibilidade de ocorrência de perdas para a Organização relacionadas a questões sociais, ambientais e climáticas, inclusive de natureza reputacional. A seguir detalhamos a definição do RSAC e os principais eventos relacionados a esses riscos que podem ser identificados nos negócios do Santander e gerenciados com base nos critérios de relevância e proporcionalidade. As informações a seguir contemplam o item (a) da Tabela EST.

Risco Social

Possibilidade de ocorrência de perdas para o Banco Santander ocasionadas por eventos associados à violação de direitos e garantias fundamentais ou a atos lesivos ao interesse comum. Alguns exemplos de eventos³ de risco social que podem ser verificados nos negócios ou relacionados às partes interessadas na Organização são:

- Processos coletivos de assédio de diferentes naturezas;
- Prática relacionada ao trabalho em condições análogas à escravidão;
- Exploração irregular, ilegal ou criminosa do trabalho infantil;
- Condições degradantes de trabalho entre fornecedores da empresa;
- Não observância da legislação trabalhista ou normas regulamentadoras;
- Nível de acidentes de trabalho;
- Possíveis conflitos com comunidades vizinhas;
- Possíveis conflitos com comunidades tradicionais.

Risco Ambiental

Possibilidade de ocorrência de perdas para o Banco Santander ocasionadas por eventos associados à degradação do meio ambiente, incluindo o uso excessivo de recursos naturais.

Alguns exemplos de eventos³ de risco ambiental que podem ser identificados nos negócios ou relacionados aos *stakeholders* da Organização são:

- Descumprimento da legislação ambiental aplicável;
- Práticas irregulares de gestão ambiental, acarretando poluição, multas e degradação, entre outras consequências;
- Aceitação pelo Banco de terrenos oferecidos como garantia que tenham solo contaminado e podem requerer descontaminação;
- Descumprimento por parte de frigoríficos na Amazônia de compromissos assumidos para acabar com o desmatamento;
- Exploração irregular, ilegal ou criminosa do meio ambiente;
- Desastre ambiental resultante de intervenção humana, relativamente à degradação do meio ambiente, incluindo rompimento de barragem, acidente nuclear ou derramamento de produtos químicos ou resíduos no solo ou nas águas;
- Potenciais riscos reputacionais decorrentes da associação da marca Santander com degradação ambiental.

Risco Climático

O risco climático é a possibilidade de ocorrência de perdas para a Organização ocasionadas por eventos relacionados às mudanças climáticas, provenientes do risco de transição e do risco físico.

Risco Climático de transição

Eventos associados ao processo de transição para uma economia de baixo carbono, em que a emissão de gases do efeito estufa é reduzida ou compensada e os mecanismos naturais de captura desses gases são preservados. Os principais eventos³ que podem ser identificados nos negócios ou relacionados aos *stakeholders* da Organização, são associados a:

- Alteração em legislação, regulamentação ou atuação de instâncias governamentais, associada à transição para uma economia de baixo carbono, que impacte negativamente a Organização;
- Perda de mercado por parte de clientes de agronegócio e siderurgia em função de novas regulamentações do Parlamento Europeu;
- Inovação tecnológica associada à transição para uma economia de baixo carbono que impacte negativamente a Organização;
- Risco de litígio, relacionado à suposta contribuição da Organização para intensificação das mudanças climáticas;

- Alteração na oferta ou na demanda de produtos e serviços, associada à transição para uma economia de baixo carbono, que impacte negativamente a Organização;
- Percepção desfavorável dos clientes, do mercado financeiro ou da sociedade em geral que impacte negativamente a reputação da Organização relativamente ao seu grau de contribuição na transição para uma economia de baixo carbono.

Risco Climático físico

Eventos associados a intempéries frequentes e severas ou a alterações ambientais de longo prazo, que possam ser relacionadas a mudanças em padrões climáticos. Os principais eventos que podem ser identificados nos negócios ou relacionados aos *stakeholders* da Organização são associados a:

- Condição climática extrema, incluindo seca, inundação, enchente, tempestade, ciclone, geada e incêndio florestal;
- Possibilidade de baixa nos níveis dos reservatórios, impactando na geração de energia e nas perspectivas macroeconômicas;
- Alteração ambiental permanente, incluindo aumento do nível do mar, escassez de recursos naturais, desertificação e mudança em padrão pluvial ou de temperatura.

³São exemplos não exaustivos, porém são os principais observados nos negócios da Organização.



Horizontes Temporais

Definidos com base nas ações que compõem o planejamento estratégico do Banco e alinhados ao orçamento planejado. Para análises *ad hoc* são definidos períodos superiores a 7 anos.



Curto prazo: Até 1 ano



Médio prazo: De 1 a 5 anos



Longo prazo: De 5 a 7 anos

Processo de Identificação dos Eventos de Risco

As práticas de gerenciamento dos riscos social e ambiental têm por objetivo identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a possibilidade de ocorrência dos eventos identificados no **curto e médio prazos**. No caso do risco climático, o horizonte temporal abrange o **curto, médio e longo prazos**.

De curto e médio prazo

A identificação de possíveis perdas referentes ao RSAC com horizontes temporais de curto e médio prazos segue processo estabelecido pela área de Risco Socioambiental e Climático.

Periodicamente, são realizadas análises de clientes baseadas na normativa interna 'Política de Risco Social, Ambiental e Climático', dentro dos critérios de relevância e proporcionalidade. A análise permite ao Banco identificar possíveis riscos que possam trazer perdas nas suas operações, visando atuar na prevenção e mitigação desses riscos em potencial.

A definição do escopo de análise é realizada a partir da atividade econômica na qual o cliente atua e da sua segmentação no Banco. A política do Santander estabelece que os clientes do segmento Atacado (SCIB e Corporate) e Varejo PJ (Empresas 3), que atuem

nos **Setores de Especial Atenção RSAC** e tenham risco ou limite acima de R\$ 7 milhões, devem passar por uma análise de risco socioambiental e climático, gerando um parecer e *rating* RSAC.

- A validade do *rating* RSAC depende da atividade econômica. Clientes que atuem em atividades classificadas pela Organização como alto risco, têm *ratings* válidos por até 12 meses (curto prazo). Clientes com atividades classificadas pela Organização como médio risco, têm *ratings* válidos até 24 meses (médio prazo).

As análises são realizadas a partir de um questionário encaminhado ao cliente, estruturado para capturar informações nas dimensões de: 1) gestão integrada, 2) aspectos ambientais, 3) aspectos sociais e 4) aspectos climáticos. Contém informações gerais da empresa, como número de funcionários, informações sobre práticas em relação ao combate às mudanças climáticas, gestão hídrica, entre outros. Também é analisada a postura do cliente sobre o gerenciamento de resíduos sólidos, tratamento de efluentes industriais, poluição do ar, solo e água, segurança e saúde do trabalho e indícios de trabalho infantil ou escravo/degradante, dentre outros critérios de gestão dos âmbitos social, ambiental e climático.

A análise é complementada por dados oficiais de órgãos relacionados, *website* do cliente, notícias disponíveis na mídia e informes públicos. Quando necessário, são realizadas reuniões e visitas ao cliente. Essa análise é realizada para toda a abrangência geográfica de atuação do cliente; não há priorização ou mesmo exclusão de região como critério de análise. A atividade econômica é o principal critério utilizado.

Para a avaliação do âmbito climático do *rating* RSAC, também é considerada a robustez da gestão e resiliência do cliente ao stress hídrico, que inclui sua disposição geográfica nas *otobacias*, e práticas adotadas para gerenciar o uso de água nas atividades. A partir de 2023, foi incluída na análise dos clientes a visão dos níveis de risco climático físico e de transição a partir de um *heatmap* elaborado pela WayCarbon⁴ e também um procedimento interno de análise de risco climático físico, que cruza dados públicos de eventos históricos com a localização dos ativos dos clientes analisados.

Setores de Especial Atenção RSAC

ALTO RISCO

- Prospecção, exploração de petróleo ou gás natural
- Mineração
- Metalurgia, siderurgia, ferro gusa e galvanoplastia
- Madeira, serraria, desdobramento, movelaria e comércio
- Geração de energia
- Indústria: Fabricação de celulose, confecção de roupa e fabricação de cimento
- Agricultura, cooperativas agrícolas e *traders* de soja
- Criação de animais, frigorífico e curtume
- Coleta, tratamento e disposição de resíduos sólidos
- Pesca e aquicultura
- Silvicultura, uso da diversidade biológica e subprodutos florestais

MÉDIO RISCO

- Produção e distribuição de gás
- Movelaria
- Transmissão e distribuição de energia
- Indústria que não esteja no Subsetor de Alto Risco
- Saneamento, captação e tratamento de água e esgoto e reciclagem
- Transporte aéreo, marítimo e rodoviário, exceto passageiros, terminais e depósitos
- Construção civil em geral
- Construtora e incorporadora

⁴A WayCarbon é uma empresa global especializada em soluções voltadas à transição para uma economia net-zero.



Esse *heatmap* considera o nível de risco⁵ (probabilidade de ocorrência e impacto) das atividades econômicas (CNAE), horizonte temporal de 2030 e 2050, e regiões geográficas (somente para risco físico). A visão do risco relacionado aos clientes é inserida na análise de forma qualitativa.

Para a análise de projetos e garantias, são requeridos documentos específicos para a identificação de possíveis riscos.

- Para projetos, a fonte principal é a documentação de licenciamento.
- Para operações com estruturas financeiras sujeitas a enquadramento nos Princípios do Equador, são observados Padrões de Desempenho do Banco Mundial – *framework* com boas práticas em relação à gestão socioambiental, reassentamento, povos tradicionais, patrimônio histórico, biodiversidade, saúde e segurança e relação com a comunidade do entorno.
- Para garantias, tanto urbanas quanto rurais, são avaliados aspectos que possam oferecer riscos no médio ou longo prazos, ou alertas considerados impeditivos para a constituição da garantia. Nos imóveis urbanos, são observados indícios de contaminação no próprio terreno e/ou em seu entorno e seu potencial risco à saúde humana, além da existência de áreas verdes e potenciais riscos físicos. Nos imóveis rurais, se observa a existência ou não de sobreposição com áreas embargadas, terras indígenas, quilombolas, sítios arqueológicos, indícios de desmatamento, Floresta Pública do tipo B, unidades de conservação e ainda a verificação do CPF/CNPJ do cliente no Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à escravidão (Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 4 de 11/05/2016). A atuação preventiva evita que o Santander internalize imóveis que possam trazer custos para adequação e regularização ambiental.

De médio e longo prazo

A identificação de possíveis perdas referentes ao RSAC com horizontes temporais de médio e longo prazos é realizada em âmbito estratégico e de gestão de carteira.

A partir dos Setores de Especial Atenção RSAC, o Santander Brasil identifica suas concentrações nestes setores econômicos, classificando-os como de alto ou médio risco. Adicionalmente, é observada a concentração por faixas de *rating* RSAC. Os resultados desta avaliação de materialidade são acompanhados de forma gerencial a fim de serem utilizados como um atributo para a medição dos potenciais impactos financeiros. As informações a seguir contemplam os itens (b) e (c) da Tabela EST.

Em 2023, foi aprovada uma nova métrica de *Apetite ao Risco* relacionada à concentração por faixas de *rating* RSAC para o *Apetite ao Risco* de 2024. Essas métricas são acompanhadas em alguns setores econômicos estabelecidos de forma global, que apresentam alto risco de exposição ambiental ou regulatória, dentre outros critérios. O *Apetite ao Risco* é acompanhado e reportado mensalmente no CCR e, caso estejam em alerta ou excedam o seu limite, também são apresentados ao CRC e ao CA.

O Grupo Santander define seu plano de atuação para os próximos anos com base em sua capacidade e perfil de risco e na estratégia de longo prazo do Banco (S-XX). Para executar essa agenda estratégica, é definido o Plano Plurianual Estratégico (P-XX) em três anos, o Orçamento Anual (PPTO) e o Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP) também para os três anos seguintes, avaliando sua capacidade financeira e de capital de forma prospectiva.

Questões relacionadas ao RSAC são levadas em consideração na construção dos planos estratégicos que possuem um horizonte temporal e também anualmente no ICAAP.

O *Apetite ao Risco* é uma ferramenta no processo de definição da estratégia, execução de operações de desenvolvimento corporativo e de exercício de planejamento dos negócios. O plano estratégico deve estar consistente com o *Apetite ao Risco*, que tem aspectos relacionados ao RSAC.

Parte fundamental do P-XX é o exercício de Planejamento de Capital. Neste processo, procura-se analisar a estratégia de capital ideal que garanta a consistência com o *Apetite ao Risco* do Banco e a conformidade com os princípios regulatórios.

Adicionalmente, o Banco realiza o exercício *Top Risks*, que é integrado ao Risco Estratégico como uma ferramenta de identificação, medição e mitigação de potenciais ameaças internas e externas que possam afetar os indicadores de rentabilidade, solvência e/ou liquidez do Banco, bem como quaisquer outras implicações qualitativas relacionadas aos planejamentos estratégicos (S-XX e P-XX). Eventos socioambientais e climáticos são incluídos nos *Top Risks* do Grupo Santander como eventos que podem agravar o risco existente no médio e longo prazos.



⁵ O nível de risco estabelecido leva em consideração cenários climáticos do IPCC – *Intergovernmental Panel on Climate Change* (AR6) e NGFS – *Network for Greening the Financial System*, além de *benchmarks* setoriais (UNEP FI, IEA – *International Energy Agency*, CDP, etc.).



Carteira de crédito e demais atividades de intermediação financeira

Os fatores sociais, ambientais e climáticos podem contribuir para uma perda de crédito. Porém, como não é possível afirmar que a perda ocorreu unicamente por aspectos RSAC, o Banco Santander utiliza um critério próprio de avaliação de perdas com critérios associados ao RSAC. O entendimento é que existem níveis de vinculação dos impactos RSAC na perda de crédito, conforme detalhados a seguir.

Social

Identificação de operações em prejuízo por inclusão do CNPJ do cliente no cadastro de empregadores listados em condenações administrativas por uso de mão de obra em condições análogas à de escravidão. Este é um dos critérios mais fortes para a materialização da perda, dado que a entrada na lista de trabalho análogo à escravidão restringe a concessão de crédito no mercado.

Ambiental

Identificação de operações em prejuízo decorrente de embargos lavrados pelo IBAMA de propriedades vinculadas ao CNPJ do cliente. Apesar de gerar multas para os clientes e impeditivos para realização de algumas operações com Banco, observa-se que este critério é pouco expressivo do ponto de vista da vinculação com a perda de crédito;

Climático

Identificação de operações em prejuízo após a ocorrência de algum evento/intempérie extrema. A partir da identificação do evento extremo, é possível mapear os clientes que tiveram sua capacidade de pagamento deteriorada, que pode ser considerado um motivo adicional para a perda, somando-se a outras questões do cliente.

Há ainda a identificação de operações em prejuízo dos clientes que foram avaliados em rating RSAC com risco mais elevado, podendo ser um fator potencial para a ocorrência da perda.

A partir dos critérios acima descritos, 0% da carteira de crédito do Atacado e Varejo PJ do Santander corresponde a perdas relacionadas ao RSAC referente ao ano de 2024.

Identificação e efeitos de eventos extremos

Eventos extremos são considerados para atenção e avaliação de possíveis perdas ou danos à Organização. Neste sentido, a área de Risco Socioambiental e Climática é responsável por classificar um evento extremo e quando identificada a potencial materialização dos riscos, é definida a governança de reporte com as áreas responsáveis pelos fatores de riscos.

Em conjunto, a área de Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) acompanha os eventos e aciona comitês de crise que realizam acompanhamento de indicadores de crédito, perdas e ajuda humanitária, se necessário.

Desde o final de 2023, em decorrência das inundações ocorridas no Rio Grande do Sul foram realizados acompanhamentos com as equipes especialistas (comercial, crédito e de *Facilities*) para monitorar os impactos nas operações próprias e em clientes situados nas localidades atingidas. Além destes acompanhamentos, à medida que o evento se intensificou, no mês de maio de 2024 foram acionados os comitês de crise, com reportes diários sobre a situação dos municípios afetados, funcionários das redes acometidas pelas enchentes, operações atingidas e ativos do Banco e coligadas comprometidos.

O Banco Central do Brasil, estabeleceu medidas para mitigar os efeitos econômicos e facilitar a recuperação financeira do estado, definindo a prorrogação automática das parcelas de crédito rural em municípios atingidos (Resolução CMN 5.132), a não caracterização das reestruturações decorrentes do evento climático como ativos problemáticos no período de 01/05 a 31/12 de 2024 (Resolução CMN 5.133). Além disso, a autoridade monetária alterou critérios de mensuração da provisão, permitindo às instituições financeiras reclassificar para o nível em que estavam no dia 31/03 de 2024 as operações renegociadas no período de 01/05 a 31/12 de 2024 (Resolução CMN 5.134).

Com isso, as carteiras de clientes da região Sul foram acompanhadas em conjunto ao regulador. Após o período de contingência, essas carteiras apresentam comportamento regular sem expressar perdas ou acréscimo de provisão ao Banco que estejam relacionadas ao evento no RS.

Eventos extremos

Eventos extremos são aqueles decorrentes de intempéries ou de atividades produtivas que causam grande impacto ambiental e/ou social. São eventos de repercussão nacional ou internacional, amplamente divulgados na mídia, podendo acarretar pelo menos um dos danos listados, com lenta recuperação e demanda de grande volume de recursos.



Poluição em larga escala (ex.: rompimento de barragem);



Perda expressiva de diversidade biológica, habitat natural ou serviços ecossistêmicos (ex.: derramamento de petróleo);



Paralisação de atividade econômica local (ex.: explosão de tanque de combustível, enchentes, inundações, deslizamentos, ciclones extratropicais);



Grande número de mortes ou comprometimento da saúde da população local no curto ou longo prazo (ex.: explosão de fábrica de defensivos, enchentes, deslizamentos, ciclones extratropicais).

Além das medidas emergenciais previstas pelo órgão regulador, o Santander desempenhou um papel relevante no suporte humanitário à população afetada. Entre as iniciativas, destaca-se a criação do Fundo de Ajuda Humanitária, campanhas internas de mobilização com contribuição equivalente do banco (*matching*) e a arrecadação de alimentos e itens essenciais. Também foram promovidas ações específicas para apoiar socorristas e comunidades locais, além do estabelecimento de parcerias com organizações como Movimento União BR e Febraban para potencializar o auxílio às localidades atingidas.

Essas iniciativas somaram mais de R\$ 7 milhões arrecadados, reforçando o compromisso institucional com proteção e o cuidado com as pessoas em situações de crise humanitária, somando-se às condições especiais em produtos e serviços aos clientes, a exemplo da prorrogação e facilitação de pagamentos, renegociação de dívidas, redução nas taxas de juros de crédito pessoal, inibição de cobranças e negativação de clientes, entre outras.



Cenários de Risco Climático

Com base na implementação do novo *framework* regulatório para risco climático e para o ICAAP, por meio da Resolução CMN Nº 4.943/21 (que altera a Resolução CMN Nº 4.557/17) e Instrução Normativa BCB Nº 322/22, o Santander Brasil junto com a *Holding*, adotou um cenário de risco de transição e um cenário de risco físico. As informações a seguir contemplam o item (d) da Tabela EST.

Cenário de Risco de Transição

Para alinhar-se às melhores práticas internacionais já incorporadas ao cenário de estresse adotado pelo Grupo Santander, o Santander Brasil se inspirou nos cenários publicados pelo NGFS (*Network for Greening the Financial System*)⁶.

O cenário escolhido pressupõe que as medidas políticas para reduzir as emissões de carbono são tardias e desordenadas. Para que os governos consigam atingir os objetivos do Acordo de Paris (limitar o aumento da temperatura média mundial abaixo de 2°C), é necessária a imposição de uma série de medidas, a exemplo do aumento no preço do carbono.

Para desenvolver este cenário, antecipamos os impactos projetados do Cenário de Transição Desordenada do NGFS para 2032. Deste modo, estes impactos são aplicados no exercício do ICAAP.

Trata-se de um exercício teórico, uma vez que um aumento no preço do carbono ainda em 2025 não é provável e, por definição, uma "transição desordenada" só aconteceria após um período de inação política. A razão para simular este cenário é, principalmente, adotar premissas (ainda que relativamente fortes) para um exercício de curto prazo que tenha impacto no mesmo ponto de partida e no mesmo horizonte temporal dos demais cenários regulares do ICAAP.

Este exercício foi realizado em uma perspectiva de cenário macroeconômico e microeconômico. A narrativa do Cenário Microeconômico de Risco de Transição foi desenvolvida a partir da aplicação do modelo de projeção de demonstrações financeiras "*GEA Model*". Trata-se de um modelo desenvolvido pelo Santander Global que utiliza uma abordagem *bottom-up* para capturar riscos setoriais

e climáticos, considerando riscos de transição, físicos e sociais, para quantificar os impactos nas principais métricas de risco de crédito, classificações, probabilidade de inadimplência (PD) e perda efetiva projetada em caso de inadimplência (LGD).

Cenário de Risco Físico

O cenário de estresse climático de risco físico considera que, com níveis mais elevados de temperatura global, o Brasil enfrenta efeitos de ondas de calor mais frequentes e mais intensas. Para o desenvolvimento do cenário, foram consolidados efeitos na economia, observando 1) impactos na agricultura com base nas safras de commodities brasileiras; 2) no aumento do preço da energia, considerando os impactos na geração, distribuição e aumento na demanda de energia; e 3) o impacto na redução da produtividade do trabalho durante dias com ondas de calor segundo cenário do NGFS.

Este exercício foi realizado em uma perspectiva de cenário macroeconômico e microeconômico. A narrativa do cenário microeconômico considera impactos na provisão dos clientes de setores que seriam afetados pelos impactos nas safras e atividades.

Capacidade de adaptação

Com a definição do Planejamento Estratégico do Santander em cenário de normalidade, avaliado em termos de *Apetite ao Risco* e aprovado pelos comitês superiores da Organização, o Departamento de Modelagem de Cenários Econômicos elabora cenários conjunturais. A severidade de tais cenários é estabelecida em função das proporções do impacto que crises econômicas poderiam ter nos negócios do Santander Brasil, sendo o cenário de estresse climático um dos avaliados.

Estabelecidas as premissas macroeconômicas de cada cenário, executa-se o exercício de estresse com o objetivo de verificar a capacidade da Organização para suportar, em termos de solvência e limites regulatórios (Capital, Liquidez e afins), situações adversas decorrentes de um ou vários fatores possíveis. Tais avaliações fazem parte do escopo da definição dos objetivos estratégicos do Santander, a fim de estabelecer metas de rentabilidade e consequente

crescimento de *RWA* (Ativos Ponderados por Risco) das áreas de negócios do Banco.

Após a elaboração do Planejamento Estratégico estressado, verifica-se a aderência dos cenários estimados às métricas, limites e alertas do *Apetite ao Risco*. Em caso de desenquadramento, o Planejamento Estratégico estressado deve ser revisado ou, de acordo com o motivo, deve elaborar propostas de alteração e atualização da *RAS* (*Risk Appetite Statement*). Em caso de alteração, estas podem se refletir nas metas de rentabilidade e consumo de capital de todos os negócios que compõem o balanço do Santander Brasil.

O Banco demonstrou capacidade de adaptação aos cenários de estresse climático abordados, uma vez que os resultados do exercício de estresse não apresentaram impactos significativos no planejamento de capital do Banco, que conta com um portfólio diversificado, reforçando ainda que a gestão atual do RSAC se mostra adequada.



⁶ Cenário *Disorderly Delayed Transition* – NGFS.



TABELA GER

Processos de gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático



ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DO RSAC

Por serem riscos transversais, os impactos do RSAC podem ser observados e associados a outros fatores de riscos geridos pela Organização por meio de processos de identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação.

Risco de Crédito

Identificação

Deterioração da capacidade de pagamento

Sob impacto de questões ambientais, sociais e climáticas as contrapartes podem deteriorar sua situação financeira e sua qualidade creditícia, a ponto de afetar a capacidade de pagamento de suas obrigações perante a Organização nos termos pactuados. Os setores identificados como mais suscetíveis ao impacto por eventos relacionados ao RSAC integram a lista Setores de Especial Atenção, detalhada na Tabela EST.

Impacto nas Garantias

Os ativos utilizados como garantias de operações de crédito podem vir a ser afetados por eventos ambientais ou climáticos, com potencial interferência no seu grau de suficiência.

Avaliação

Visão Cliente

Especialistas da área de Risco Socioambiental realizam uma avaliação por grupo econômico, com atribuição de um *rating* RSAC que se reflete na avaliação de crédito do cliente. Os clientes sujeitos a esta análise são definidos conforme critérios de relevância e proporcionalidade estabelecidos pela Organização. Os critérios consideram, principalmente, os setores mais expostos ao RSAC e segmentos relevantes (conforme descrito na Tabela EST).

Avaliação de Garantias

A área de Risco Socioambiental emite pareceres sobre imóveis oferecidos como garantia. Adicionalmente, é feita uma avaliação do grau de suficiência de garantias diante da ocorrência de um evento extremo.

Gerenciamento

É realizado o monitoramento gerencial das concentrações de exposição a setores econômicos considerados expostos ao RSAC (conforme lista disposta na Tabela EST). Adicionalmente, foram estabelecidas métricas de *Apetite* ao Risco em uma perspectiva corporativa, que atribuem limite e alerta para alguns setores relacionados ao RSAC.

Risco de Mercado e Estrutural

Identificação

O RSAC pode ser identificado de forma associada ao Risco de Mercado e Estrutural, observando-se a redução dos valores dos ativos financeiros devido à ocorrência de eventos relacionados ao RSAC.

Avaliação

Avaliação da Exposição

Identificação das posições com derivativos nos setores considerados mais expostos ao RSAC (conforme lista de Setores de Especial Atenção especificada na Tabela EST);

Avaliação de Cenário

Avaliação das posições da carteira *trading* e *banking* de acordo com cenário de estresse climático realizado pelo Departamento de Modelagem de Cenários Econômicos do Banco Santander.

Gerenciamento

Os resultados destas avaliações são submetidos à governança de riscos.

Risco de Liquidez

Identificação

O RSAC pode ser identificado de forma relacionada ao Risco de Liquidez observando-se a exposição do Santander a clientes de setores expostos ao RSAC e identificação do fluxo de saídas em decorrência do acontecimento de um evento relacionado ao RSAC.

Avaliação

Avaliação da Exposição

Identificação no saldo do passivo da Organização nos setores expostos ao RSAC (conforme lista de Setores de Especial Atenção especificada na Tabela EST);

Avaliação de Cenário

Avaliação de impacto em liquidez, considerando um cenário estressado com necessidade maior de busca por liquidez pelas empresas sob influência de questões relacionadas ao RSAC.

Gerenciamento

Os resultados destas avaliações são submetidos à governança de riscos.





Risco Operacional

Identificação

O RSAC associado ao Risco Operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais e climáticos com potencial impacto à reputação, custos regulatórios e perdas financeiras. Eventos desta natureza são relacionados a danos em imóveis próprios – Bens Não de Uso (BNDU), interrupção de funcionamento de estruturas operacionais e perdas relacionadas a processos administrativos e/ou judiciais.

Avaliação

O Banco Santander dispõe de políticas, estratégias e procedimentos para avaliação do risco operacional associado a eventos de RSAC.

- Base de dados de risco operacional com as perdas associadas ao RSAC;
- Consideração de aspectos referentes ao RSAC na análise de cenários com objetivo de estimar a exposição da Organização a eventos de risco operacional raros e de alta severidade; e
- Mecanismos para identificação e monitoramento do RSAC incorridos pela Organização em decorrência de contratos com fornecedores de serviços, quando relevantes.

Gerenciamento

Para gerenciar o impacto dos RSAC relacionados ao Risco Operacional, são estabelecidos:

- Reporte de eventos de Risco Operacional;
- Plano de Administração de Crise (PAC): Estratégia de atuação em cenários de crise, em que o RSAC é considerado nas PACs de Blecaute, Desastre Físico, Desastre Natural, *Cyber*, Indisponibilidade Tecnológica, Distúrbios Cíveis, Pandemia, Manifestação Sindical e de Risco Reputacional;
- Estabelecimento de condições mínimas nos contratos firmados pela Organização para mitigar o risco legal.

Risco Reputacional

Identificação

Trata-se de um risco de impacto econômico negativo, real ou potencial em virtude de uma deficiência na percepção do Banco. Este risco é decorrente de múltiplas origens e oriundos de outros riscos, por isso o consideramos como um risco transversal e associado ao RSAC, conforme abaixo:

- Riscos decorrentes da interação com clientes, fornecedores, patrocinadores, entidades donatárias, parcerias e terceiros com interesses comerciais, vinculando a marca Santander a ações relacionadas a questões sociais, ambientais e climáticas de outros entes envolvidos nos negócios do Banco;
- Riscos relacionados ao não cumprimento de compromissos assumidos pela Organização; e
- Riscos oriundos do descumprimento de regras e regulamentos, internos e/ou externos, na condução das próprias atividades no que tange o RSAC.

Avaliação

São realizados monitoramentos e *due diligence* para avaliação reputacional de terceiros em relação à sua capacidade idônea perante o mercado para fins de mitigação de quaisquer danos à reputação do Santander decorrente de RSAC. As avaliações, realizadas pela área de *Compliance* – Risco Reputacional, consistem de diligência e pesquisa com base em fontes públicas e privadas e emissão de pareceres sobre os aspectos reputacionais da contraparte e a operação proposta.

Gerenciamento

O Risco Reputacional associado ao RSAC é tratado na governança padrão estabelecida para a devida gestão deste risco.





Compliance

Código Geral de Conduta

O Código de Conduta Ética do Santander descreve comportamentos e padrões que devem ser seguidos por todos os que integram o Grupo Santander. O documento aborda temas essenciais para uma cultura alinhada aos nossos princípios, incluindo o sigilo e a privacidade das informações, o respeito, a diversidade e a integridade. Seu amplo conhecimento e adesão são obrigatórios para todos os colaboradores. Não seguir o Código implica punições internas, demissão ou até mesmo processo judicial. Para garantir a compreensão de todas as normas, realizamos ações de treinamento e comunicação, coordenadas pela área de Compliance e/ou pelo Comitê de Ética e Compliance.

Canal ético (Canal Aberto Santander)

Defendemos uma cultura de trabalho aberta e honesta. Nosso intuito é promover um ambiente ético, responsável e transparente. A fim de garantir que as pessoas se sintam à vontade para se expressar de maneira franca e segura, o Canal Aberto Santander recebe denúncias (inclusive anônimas) sobre qualquer indício de ilegalidade envolvendo o Banco ou empresas coligadas. A plataforma está disponível 24 horas por dia, 7 dias por semana, e pode ser acessada por qualquer colaborador, fornecedor, cliente, acionista ou terceiro relacionado ao Grupo Santander. Todas as manifestações são recebidas e direcionadas pela área de Compliance, garantindo a confidencialidade e anonimato de quem entra em contato.

- São proibidas retaliação e discriminação, assim como qualquer outro tratamento injusto aos denunciadores. Isso não exclui a possibilidade de serem tomadas medidas disciplinares se uma investigação interna concluir que a denúncia foi maliciosa ou de má-fé. Realizamos periodicamente iniciativas de conscientização e/ou treinamento para que todos os colaboradores possam conhecer a importância do canal, suas características e funcionamento. Outros públicos são comunicados por meio dos canais institucionais do Santander.

Comitê Local de Comercialização (CLC)

É responsável pela aprovação de novos produtos e pelas alterações e revisões daqueles que são disponibilizados para os clientes. O comitê aborda temas que podem gerar impacto tanto para o cliente quanto para o banco e é liderado pelo Compliance, com participação de áreas como Jurídico, Marketing, Riscos, Sustentabilidade, Impacto Social, Operações e Varejo. A área de Risco Socioambiental e Climático faz a verificação de aspectos de risco SAC dos produtos e esta visão é considerada por Riscos.

A área de Sustentabilidade é responsável pela análise do alinhamento dos produtos com a estratégia e posicionamento do banco em temas de Sustentabilidade, enquanto a área de Impacto Social assegura a inserção de educação financeira na jornada de produtos e serviços. O fluxo de aprovação de novos produtos é feito via sistema, onde as áreas aprovadoras adicionam condições obrigatórias para que o produto seja aprovado e comercializado.

Prevenção a Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo (PLD-FT)

Nos processos que envolvem a identificação de risco decorrente de ações ou uso dos meios, produtos e serviços da Organização em atividades criminosas ou ilegais, são identificados eventos relacionados ao RSAC.

- KYC: No processo de aceitação de clientes, a atividade do cliente (relacionada, entre outros, com questões socioambientais) pode exigir diligência específica. Caso seja identificado algum indício de crime ambiental (processos ou mídia negativa), é solicitada a avaliação da área de Risco Socioambiental.
- Crime ambiental: No contexto de PLD-FT, é caracterizado como a utilização de ambientes naturais para realização de atos ilícitos/criminosos associados à lavagem de dinheiro. Para mitigar este risco, monitoramos alguns indicadores dos clientes a fim de identificar possíveis ações suspeitas. De acordo com as suspeitas levantadas no monitoramento ou provenientes de outros canais de denúncias, pode-se iniciar uma investigação ou implantar restritivos preventivos que impeçam o início do relacionamento.

Os casos de maior relevância são investigados pela equipe especializada, e poderão ser submetidos ao Comitê Operacional de Prevenção à Lavagem de Dinheiro, Combate ao Financiamento ao Terrorismo e à Proliferação de Armas de Destruição em Massa (COPLD/CFPT) – que tem participação da área de Risco Socioambiental – para deliberação sobre a continuidade ou não do relacionamento, entre outras medidas previstas na legislação de PLD/CFPT vigente.





Critérios para classificação de exposição ao RSAC

Sector Econômico

A análise da exposição é feita a partir do CNAE (Código Nacional de Atividades Econômicas) do IBGE, que padroniza os critérios de enquadramento utilizados pelos diversos órgãos da Administração Tributária do país. O Santander entende que as atividades que se enquadram nos Setores de Especial Atenção podem estar mais expostas a eventos e aspectos sociais, ambientais e climáticos, que se não forem bem geridos e/ou mitigados, podem se traduzir na materialização do risco. Essa lista de setores detalhada na Tabela EST resulta da avaliação dos riscos a seguir.

- **Risco Social:** Alto índice de ações trabalhistas, questões críticas de saúde e segurança do trabalho, comprometimento dos direitos humanos, não observância da legislação trabalhista, dentre outros, considerando a atividade própria e sua cadeia de valor;
- **Risco Ambiental:** Gestão inadequada de resíduos e efluentes, contaminação do solo e de corpos hídricos, gestão inadequada da cadeia de valor, consumo excessivo de recursos naturais, descumprimento de normas ambientais e de licenciamento; e
- **Risco Climático:** Estresse hídrico, eventos extremos e riscos associados à regulamentação e comportamento de mercado.

Região Geográfica

A classificação do risco inerente à região geográfica é realizada na visão cliente e na avaliação individual das garantias.

- **Visão Cliente:** A classificação é realizada por meio de uma calculadora que atribui um valor ao cliente frente ao estresse hídrico e à sua capacidade de adaptação. Essa calculadora leva em consideração a origem do recurso (água), as ações de gestão e mitigação frente aos impactos do uso e a localização da bacia hidrográfica da operação do cliente;

- **Avaliação das Garantias:** Imóveis (urbanos⁷ e rurais) oferecidos como garantia são avaliados pela área de Risco Socioambiental para identificar aspectos que possam trazer riscos no médio ou longo prazos, podendo gerar impeditivos para a constituição da garantia. Nos imóveis urbanos são observados indícios de contaminação e seu potencial risco à saúde humana, além da existência de áreas verdes. Nos imóveis rurais, observa-se a existência ou não de sobreposição com áreas embargadas, terras indígenas, quilombolas, sítios arqueológicos, desmatamento e unidades de conservação. A atuação preventiva evita que o Banco internalize imóveis que possam trazer custos para adequação e regularização ambiental, incluindo a possibilidade de depreciação do valor do imóvel por questões RSAC. Por exemplo, se no imóvel funcionou/função alguma empresa cuja atividade seja considerada potencialmente poluidora (postos de combustíveis, indústrias ou qualquer outra atividade que possa gerar contaminação no local), dentre outros temas socioambientais e climáticos, como gestão de áreas verdes.

Prazo Médio das Exposições

O Banco analisa as exposições ao RSAC com frequência anual ou bianual de acordo com seus critérios de proporcionalidade e relevância, na visão cliente e não por operação, exceto para projetos. No caso de projetos, originados na área de *Project Finance*, que se enquadrem ou não nos princípios do Equador, o RSAC é avaliado separadamente.

Além disto outras áreas podem originar projetos que devem passar pela diligência de RSAC, a definição e recorte do projeto deve seguir os critérios abaixo:

- Projetos novos em setores sujeitos à análise social, ambiental e climática (descritos na Tabela EST) do segmento Atacado e Empresas 3 que não se encaixam na modalidade dos Princípios do Equador, e que não são originados na área de *Project Finance*;
- Empreendimentos com uma única localização definida, conceito que engloba a construção de uma unidade nova, ou a ampliação/

modernização de uma unidade já existente, que resulte numa mudança substancial na sua produção ou na sua função;

- O Projeto é um empreendimento sobre o qual o Cliente tem controle operacional efetivo, seja direta ou indiretamente;
- A maior parte (mais de 50%) da operação destina-se a este único Projeto;
- O valor total consolidado da operação, que pode ser uma fiança, é igual ou superior a R\$ 35 milhões.

Em todos os casos citados acima, após a análise de Risco Socioambiental, o parecer favorável ou não à operação é encaminhado para a área de Risco de Crédito e para a área geradora da demanda (comercial ou produto) e quando necessário, é apresentado um plano de ação para adequação.



⁷ Exceto apartamentos, casas e lojas comerciais em condomínios.



Mudanças políticas, legais ou regulamentares

O Santander adota os seguintes procedimentos para identificação tempestiva de mudanças políticas, legais ou regulamentares associadas aos aspectos de risco climático de transição incorridos pelo Banco.

- **Relações Institucionais e Governamentais:** Em conjunto com as áreas de Riscos, Sustentabilidade, Experiência e Impacto Sociocultural e outras, a área de Relações Institucionais e Governamentais avalia políticas públicas, incluindo propostas do Legislativo, iniciativas do Executivo e de reguladores, que envolvam temas socioambientais e climáticos com impacto para o setor financeiro e para os clientes, do ponto de vista reputacional e de negócio. A área faz o acompanhamento da tramitação dessas políticas com análise do mérito em conjunto com a área jurídica do Banco. Em casos específicos são realizadas ações de *advocacy* a fim de contribuir para o aprimoramento das políticas públicas em discussão, diretamente com o poder público ou via entidades setoriais, tais como a Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF), a Federação Brasileira dos Bancos (Febraban), a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA), a Associação Brasileira de Cartões de Crédito e Serviço (ABECS), a Associação Brasileira das Sociedades Anônimas de Capital Aberto (ABRASCA), o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), entre outras;
- **Alterações em regulações do Banco Central do Brasil e Europeu:** Novas regulações do Banco Central do Brasil, SUSEP e CVM são acompanhadas pela área de *Compliance* do Santander e enviadas para avaliação das áreas responsáveis por definir grau de atendimento e planos de ação, se necessário. A avaliação do atendimento das exigências das Regulações Prudenciais do Banco Central do Brasil é feita pela equipe de Risco Prudencial do Banco, em conjunto com as áreas responsáveis. Ambas as áreas participam de reuniões mensais da equipe de *Global Supervisory Strategy*, em que são apresentados os principais pontos da Regulação e Supervisão europeia, que inclui o risco de transição. A área de Relações Institucionais e Governamentais analisa propostas, tais como consultas públicas, e faz o alinhamento

com as áreas de Compliance, Risco, Jurídico e demais áreas, de acordo com o tema, a fim de reunir contribuições para encaminhamento às entidades setoriais e/ou basear o diálogo direto com os reguladores;

- **Captura de mudanças setoriais:** As áreas de Admissão de Riscos-Atacado são capacitadas para capturar mudanças de padrão de consumo, de mercado e de práticas setoriais relevantes. Para consolidar o conhecimento e trazer as percepções de mudanças setoriais ligadas ao Risco Climático de Transição, são realizados *workshops* com as áreas envolvidas;
- **Buscas em fontes públicas:** Sempre que julgarem relevante, as áreas de Risco Socioambiental, Gestão Integrada de Riscos e Sustentabilidade compartilham mudanças regulatórias em políticas ou notícias que possam vir a impactar os negócios do Banco.

Mecanismos de gerenciamento integrado do RSAC

As atividades, processos e governança conduzidas pela área de Gestão Integrada de Riscos (GIR) utilizam-se das seguintes ferramentas:

- **Apetite ao risco:** Acompanha o nível de tolerância que a instituição tem ao RSAC, utilizando-se de métricas de concentração em alguns setores relacionados ao RSAC. A partir de 2024, foram incorporadas novas métricas relacionadas à concentração por faixas de *rating* RSAC acompanhada no *Apetite ao Risco*;
- **Teste de Estresse:** Para avaliação do impacto de mudanças relacionadas ao risco climático é realizado um exercício de teste de estresse e análise de cenários relacionados ao risco climático;
- **Gestão de Riscos nas Empresas do Conglomerado Prudencial:** Na governança da área de Controle de Riscos das Coligadas é feito o acompanhamento da gestão do risco socioambiental e climático aplicado às empresas pertencentes ao Conglomerado Prudencial. As empresas do Conglomerado Prudencial são acompanhadas também por meio de métricas do *Apetite ao Risco* relacionados

ao RSAC. Em 2024 houve uma reavaliação do perímetro de avaliação do RSAC nas Coligadas, com inclusão de empresas além do Conglomerado Prudencial no processo de avaliação;

- **Governança:** As métricas do *Apetite ao Risco* relacionadas ao RSAC são acompanhadas mensalmente no Comitê de Controle de Riscos (CCR). Quando houver necessidade, as avaliações, planos de ação e acompanhamentos sobre RSAC também são apresentados no Comitê de Sustentabilidade;
- **Regulação Prudencial:** Acompanhamento das normativas prudenciais, incluindo a gestão do RSAC;
- **Documentação:** Considerando a transversalidade do RSAC, a estrutura documental do Banco Santander é uma ferramenta utilizada para formalizar processos e funções relacionadas com o tema.

Apesar de dispor de uma estrutura dedicada à Gestão Integrada de Riscos, cada uma das áreas especialistas nos fatores de riscos associados ao RSAC tem funções e governança específicas, onde podem ser tratados e deliberados temas sobre RSAC.





GLOSSÁRIO



Conglomerado Prudencial

Segue os parâmetros e definições da Resolução 4.950/21 do Conselho Monetário Nacional (CMN). Trata-se do conjunto de entidades que devem ser consideradas para fins de consolidação das demonstrações financeiras contábeis do Banco Santander Brasil S.A., na qualidade de líder do Conglomerado.

ICAAP

A Instrução Normativa 322 do Banco Central do Brasil, de 11 de novembro de 2022, define os critérios para o Processo Interno de Avaliação e Adequação de Capital (ICAAP, na sigla em inglês). De acordo com a IN 322/2022, o ICAAP compreende a identificação, gestão e mensuração dos riscos, incluindo a mensuração da necessidade de capital para fazer face a perdas em um cenário de crise severa. O plano de capital deve ser compatível com o planejamento estratégico da instituição.

Marco Corporativo de Situações Especiais

O objetivo do Marco Corporativo de Situações Especiais e Resolução é estabelecer os princípios aos quais o Grupo deve aderir em relação à identificação, preparação e gestão de Situações Especiais e Resolução, definir as principais funções e responsabilidades sobre essas questões, estabelecer processos-chave e determinar elementos essenciais de sua governança.

Marco Geral de Riscos

O Marco Geral de Riscos estabelece os princípios básicos comuns sobre a atividade de riscos em seu sentido mais amplo, identifica os processos-chave e define os papéis e responsabilidades para assegurar o efetivo desempenho e execução dos mesmos, além de fixar os elementos essenciais de governança.

P&L

Demonstrativo de Lucros e Perdas, do inglês Profit & Loss Statement.

PRSAC

Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática.

Relevância e Proporcionalidade

Sempre que mencionado, se trata da avaliação RSAC relacionada aos segmentos Atacado e Empresas 3.

RSAC

Risco Social, Ambiental e Climático.





Tabelas padronizadas para fins da divulgação do GRSAC

Deve ser descrito o papel do conselho de administração (CA), da diretoria da instituição, do diretor para gerenciamento de riscos (CRO) e do comitê de riscos no processo de governança para a identificação, a mensuração, a avaliação, o monitoramento, o reporte, o controle e a mitigação do risco social, do risco ambiental e do risco climático, conforme disposto na Resolução nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017. Frequência anual.

Título	Objetivo	Conteúdo	Detalhamento das informações
Tabela GVR: Governança do gerenciamento do risco social, do risco ambiental e do risco climático	Descrição da governança do gerenciamento do risco social, do risco ambiental e do risco climático.	Informações qualitativas.	A. Identificação das instâncias de governança da instituição com atribuições no gerenciamento do risco social, do risco ambiental e do risco climático. Considerar as instâncias em seus diversos níveis (estratégico, tático, operacional, de controle e de conformidade, nos termos da Resolução nº 4.595, de 28 de agosto de 2017), com destaque para o CA, a diretoria, o CRO, o comitê de riscos, o comitê de auditoria, outros comitês existentes, e unidades de negócio e de gerenciamento de risco.
			B. Descrição das responsabilidades atribuídas às instâncias identificadas no item (a), e do relacionamento entre elas. Considerar, entre as atribuições, as formas de controle, a delegação de autoridade e a divisão de responsabilidades.
			C. Processo e frequência de recebimento, pelo CA e, na ausência deste, pela diretoria, de informações relativas ao risco social, ao risco ambiental e ao risco climático, tendo em vista o descrito no item (b).
			D. Descrição dos critérios utilizados pelo CA e, na ausência deste, pela diretoria para assegurar a consideração do risco social, do risco ambiental e do risco climático, quando relevantes, nos processos de aprovação e revisão: - dos níveis de apetite por riscos da instituição; - das políticas, estratégias e limites de gerenciamento de riscos e de gerenciamento de capital; - do programa de testes de estresse; - das políticas para a gestão de continuidade de negócios; - do plano de contingência de liquidez; - do plano de capital e do plano de contingência de capital; e - da política de remuneração.
			E. Formas de monitoramento pelo CA e, na ausência deste, pela diretoria dos objetivos estratégicos e, se aplicável, das metas da instituição relacionados a aspectos sociais, ambientais e climáticos.



Tabela	Objetivo	Conteúdo	Detalhamento das informações	
Tabela EST: Estratégias utilizadas no tratamento do risco social, do risco ambiental e do risco climático	Identificação e descrição dos impactos reais e potenciais, quando considerados relevantes, do risco social, do risco ambiental e do risco climático sobre os negócios, as estratégias e o gerenciamento de risco e de capital da instituição.	Informações qualitativas.	A. Identificação dos eventos de risco social, de risco ambiental e de risco climático que geram possibilidade de perdas relevantes para a instituição em diferentes horizontes de tempo. - Dividir, quando possível, em (a.1) para os eventos de risco social, (a.2) para os eventos de risco ambiental e (a.3) para os eventos de risco climático, em suas vertentes de risco climático físico e de risco climático de transição. - Indicar percentualmente as perdas da carteira de crédito e demais atividades de intermediação financeira, considerando o setor econômico, a região geográfica e o prazo médio das exposições. - Indicar os critérios adotados para definir as diferentes regiões geográficas e os critérios temporais adotados para definir os diferentes horizontes (curto, médio e longo prazos). - Indicar as respectivas fontes de informação no processo de identificação dos eventos de risco.	Pág. 12
			B. Identificação de concentrações significativas dos riscos mencionados no item (a) nas exposições de crédito da instituição, observado o disposto no art. 38-D, inciso V, da Resolução nº 4.557, de 2017.	Pág. 14
			C. Descrição de como os eventos mencionados no item (a) são considerados nos negócios, nas estratégias e no gerenciamento de capital da instituição, detalhando o horizonte de tempo considerado e os critérios adotados na priorização dos riscos avaliados.	Pág. 14
			D. Descrição das hipóteses de mudanças em padrões climáticos e de transição para uma economia de baixo carbono utilizadas na realização de análises de cenários, no âmbito do programa de testes de estresse de que trata o art. 7º, inciso VII, da Resolução nº 4.557, de 2017.	Pág. 16
			E. Descrição da capacidade de adaptação da instituição, considerando as hipóteses mencionadas no item (d).	Pág. 16



Tabela	Objetivo	Conteúdo	Detalhamento das informações
Tabela GER: Processos de gerenciamento do risco social, do risco ambiental e do risco climático	Descrição da estrutura de gerenciamento do risco social, do risco ambiental e do risco climático.	Informações qualitativas.	A. Descrição do processo de identificação, mensuração e avaliação do risco social, do risco ambiental e do risco climático. Pág. 18
			B. Descrição dos critérios utilizados para a classificação das exposições quanto ao risco social, ao risco ambiental e ao risco climático, considerando o setor econômico, a região geográfica e o prazo médio das exposições. Pág. 21
			C. Descrição dos mecanismos utilizados para a identificação tempestiva de mudanças políticas, legais ou regulamentares que possam impactar o risco climático de transição incorrido pela instituição. Pág. 22
			D. No âmbito do gerenciamento integrado de riscos, descrição dos mecanismos utilizados para o tratamento das interações entre o risco social, o risco ambiental e o risco climático, e entre esses e os demais riscos incorridos pela instituição, observado o disposto no art. 38-E da Resolução nº 4.557, de 2017. Pág. 18
			E. Descrição dos processos de gerenciamento do risco social, do risco ambiental e do risco climático, destacando o monitoramento, o controle e a mitigação desses riscos. Pág. 18
			F. Descrição dos mecanismos utilizados para o monitoramento de concentrações em setores econômicos, regiões geográficas ou segmentos de produtos e serviços mais suscetíveis a sofrer ou causar impactos sociais, ambientais e climáticos. Pág. 14 e 21



Créditos

Conteúdo | Alter Conteúdo

Diagramação | RGBLue Produções

Fotos | Arquivo Santander